

DISCURSOS X NARRATIVAS DA INVISIBILIDADE NAS CIDADES ¹ **REFLEXÕES URGENTES NA CONSIDERAÇÃO DOS TERRITÓRIOS**

Discursos x Narrativas da invisibilidade nas cidades Reflexões urgentes na consideração dos territórios

Natália de Campos Tamura²

Resumo

Este artigo traz à tona a dissociação entre discursos e narrativas em territórios nas cidades, bem como as narrativas que constituem os locais aos quais chamamos segregados. Utilizando como base o recorte da pesquisa realizada na tese de Doutorado dessa autora, defendida em dezembro de 2020, esse artigo evidencia as narrativas díspares entre pessoas que convivem num mesmo espaço no centro de São Paulo.

Palavras-chave: discursos, narrativas, territórios, territorialidades.

O que chamamos de espaço urbano se desdobra a partir de trajetórias e padrões de desenvolvimento espaciais que muitas vezes se mostram desiguais, explicadas por rígidas conceituações classicistas. A distribuição geográfica pelo mundo revela, em boa parte, os resultados da colonização do tecido urbano pelas lógicas de produção econômica. Neste sentido, mais do que a disposição demográfica de indivíduos pelos territórios, precisamos compreender os processos de socialização e interação entre eles e como se entendem enquanto indivíduos a partir da apropriação dos espaços que chamam de morada. São nesses espaços cotidianos, onde a vida se faz, que se revelam espontaneamente “o que” e “a quem” enxergamos ou deixamos de enxergar, a quem narramos ou consideramos fazer parte das nossas narrativas. Essa representatividade do que cada indivíduo entende por real, confeccionada no seu universo significativo, evidencia a nossa construção de realidade nos territórios que ocupamos e os discursos que reproduzimos em nossas narrativas cotidianas.

A urbanização do mundo tem contribuído significativamente com mudanças não apenas nas dimensões física, política/organizacional e econômica, mas também simbólicas, culturais e

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Discursos, Identidades e Relações de poder, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA), Mestre em Educação, Arte e História da Cultura e Relações Públicas. Integrante do Grupo de Estudos de Novas Narrativas da ECA-USP. E-mail: nataliadecampos@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8498943773530411>

sociais, afetando diretamente a maneira como entendemos o mundo e o comunicamos. “A organização do território traduz os tipos de interação e de relação entre os diferentes atores e entre os diversos subespaços que o compõem, podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade” (ALBAGLI, 2004, p. 39). A geógrafa dissocia as noções de território e territorialidade ao abordar a significação da nossa relação com os espaços. Enquanto o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado pelas múltiplas dimensões das relações de poder, o conceito de territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir em um local geográfico. Individualmente, territorialidade seria o espaço pessoal imediato, entendido em muitos contextos culturais como inviolável. Coletivamente, a territorialidade é um dos meios de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. Territórios, neste sentido, não são apenas dimensões materiais ou concretas, mas também um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam podendo assumir diferentes escalas, como a casa, a cidade ou o planeta.

A territorialidade é uma relação entre indivíduos e o meio, condicionada por normas sociais e valores culturais que podem variar entre as sociedades de um período para outro. E por ser elemento de coesão social, dá espaço para o desenvolvimento tanto da sociabilidade e solidariedade como de hostilidades, ódios e exclusões. A territorialidade seria, neste sentido, um movimento ritual, porque marca repetitivamente tempos e espaços e transmissão de conhecimento mediante a ocupação do local pelo homem. A territorialidade é narrativa ritual, transmitida por meio da interação social. Territorialidades narradas a partir de imagens, símbolos e mitos de quem as habita materializam-se no espaço, transformam-se em símbolos geográficos, referências e modelos comuns aos indivíduos que os cristalizam em uma identidade territorial.

Da mesma forma, a dinâmica territorial, produto da interação entre as dimensões física, política/organizacional, simbólica/cultural e econômica (ALBAGLI, 2004), se estabelece pela relação individual e coletiva com o meio, assim como pela comunicação entre os indivíduos no território. A manifestação das narrativas sobre o que conhecem, o que percebem, o que sentem e como vivenciam o território fundamenta a construção da cultura e da própria territorialidade como atributo social. É na formação da identidade coletiva vinculada a um território que se definem as relações com os outros e a maneira como vamos entendê-los – se amigos ou rivais. Ao mesmo tempo em que a dinâmica socioespacial ocorre na relação território e territorialidade, as relações sociais são moldadas na vivência com seu meio de referência, mostrando facetas

específicas em cada território, ainda que próximos. As diferenças e desigualdades territoriais, além do mais, apresentam-se tanto em suas características físicas e sociais como na forma em que se inserem em estruturas mais amplas – o bairro onde estes territórios se formam, o núcleo urbano ou não urbano que os configura, a proximidade com áreas periféricas ou centrais, as lógicas produtivas que os cercam.

O problema da urbanização no Brasil mostra-se realmente grave quando percebemos que o processo está fortemente associado à confecção de riquezas e pobreza concomitantemente. A cidade, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias e dos cortiços pessoas ainda mais pobres. Milton Santos (1993) entende que a pobreza não apenas resulta do modelo socioeconômico vigente, mas, igualmente, do modelo espacial. A rapidez com que se instala o processo de verticalização nas cidades tem como paralelo um processo de suburbanização. Como o número de pobres se expande mais depressa, há também entre eles pressão pela terra cujo resultado é uma expansão geográfica desordenada para locais distantes e desconectados das centralidades concentradoras de emprego, oportunidades econômicas e culturais. Ou seja, a periferização. Por isso, é um equívoco pensarmos que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social.

O que Milton Santos (1994) chamou de arquipélago urbano evidenciava o caráter fragmentário e desarticulado da sociedade urbana brasileira. O termo designava a cidade industrial, onde se concentram as possibilidades de acesso às facilidades da vida moderna, à cidadania, à urbanidade e à modernidade, uma vez que nelas são feitos os investimentos em infraestrutura, meios de consumo coletivo e, conseqüentemente, manutenção das condições gerais de produção e crescimento da indústria. A rápida expansão sem planejamento e investimento econômico contínuos leva a fenômenos reconhecíveis, embora menosprezados, como o aparecimento de moradias insalubres e ilícitas, materializando um urbanismo incompleto e dando espaço a formação de espaços ao qual chamamos aqui de segregados.

Tal segregação contribui para criar lugares sem cidadania constituída e assegurada, cenário facilmente reconhecível em São Paulo (e também no Brasil), cujas marcas de exclusão e desigualdade social acentuam-se em áreas periféricas e precarizadas. Tal separação espacial denota mais do que um distanciamento físico: revela territórios onde institucionalizamos a inferioridade e a desclassificação dos seus indivíduos deixando de reconhecê-los como cidadãos. A segregação territorial de classes e grupos sociais expressa uma ordem e um distanciamento que interferem não apenas em dimensões físicas, econômicas e políticas, mas,

sobretudo, em aspectos psicossociais, acarretando fragmentações dos processos de construção das narrativas pessoais ou grupais da realidade. Se somos psicossocialmente construídos pelas relações e práticas sociais nas quais são gerados significados que orientam as ações e experiências cotidianas, quando excluídos, intencionalmente segregados ou com acesso delimitado aos cantos da cidade, nossa interpretação espacial igualmente se fragmenta, restringindo nossa recepção e produção dela.

A seguir, fazendo um recorte da tese de Doutorado dessa pesquisadora, defendida em dezembro de 2020 (TAMURA, 2020), trazemos uma breve discussão sobre os discursos e as narrativas de alguns entrevistados para a pesquisa realizada em sua relação com o território. O campo de pesquisa diz respeito a alguns quarteirões de um território localizado no centro de São Paulo, denominado Campos Elíseos, pertencente ao distrito de Santa Cecília – com pouco mais de 83 mil habitantes. Como método o estudo de caso, orientado por uma abordagem qualitativa caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), aprofundando o mundo dos significados das ações e relações humanas. A partir do ponto de vista qualitativo, incluímos no grupo social da pesquisa da tese os moradores da área, as pessoas que trabalham na região, os educadores de escolas públicas da área e de alguns equipamentos culturais, as pessoas em situação de rua e os moradores de ocupações e da favela localizada na região (Favela do Moinho). Participaram da pesquisa 230 pessoas dessa localidade e expressaram suas narrativas em relação ao bairro por meio de mapas falantes. Mapas falantes, segundo Toledo e Pelicioni (2009), objetivam representar graficamente um espaço ou situação problematizada da realidade comunitária e podem ser elaborados coletivamente por pessoas que fazem parte dos problemas identificados. Sua construção, ajuda a compreender e qualificar a leitura da realidade a partir de um breve distanciamento, necessário ao processo de reflexão e de problematização da realidade, cujo desvelar pode ocorrer de diversas formas e por meio de diferentes fontes de informação.

Como procedimento metodológico para leitura dos mapas optou-se pela análise crítica da comunicação narrativa proposta por Luiz Gonzaga Motta, “um instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica que revela processos de representação e constituição da realidade historicamente situados, onde há confrontos com outras representações possíveis” (2013, p. 23). Nesse artigo, optamos por expor as expressões mais comumente ouvidas e analisa-las à luz da criticidade percebida nelas.

Discursos e Narrativas a partir do espaço ocupado

Discursos são posicionamentos coletivos, macronarrativas construídas e legitimadas nas relações psicossociais e baseadas em significados e processos de significação mais estáveis, como discursos socioculturais mais amplos e intimamente associados à distribuição de poder na sociedade (RIBEIRO, 2013). Revestem-se de retórica e detêm a convicção acerca de alguma ideia. Trata-se, em geral, de construções linguísticas nas quais há uma proposta ideológica. São narrativas coletivamente compartilhadas que perduram (GERGEN, 1997).

Narrativas, por sua vez, exigem que nos coloquemos no tempo e no espaço. Dizem respeito à forma como nos situamos no mundo e nos ajudam a elaborar nossa identidade conforme as construímos. Nossas vidas são nossas narrativas. Por isso narrar é uma forma de dar sentido à vida. Para o jornalista Luiz Gonzaga Motta (2013) quando narramos algo nos constituímos, construímos nossa moral, nossas leis, costumes, valores morais e políticos, crenças e religiões, mitos pessoais e coletivos, instituições, porque por meio das narrativas recobrimos nossas vidas de significação. Elas são posicionamentos individualizados que organizam micronarrativas legitimadas nas relações psicossociais e baseadas nos discursos sociais disponíveis, marcando a contribuição pessoal mediante saberes e experiências da vida cotidiana transformadas em linguagem (RIBEIRO, 2013). É uma maneira de a singularidade da existência entrar no mundo humano e na ordem do discurso (GERGEN, 1997).

Enquanto discursos são constituídos pelos significados, as narrativas são formadas pelos sentidos, tendo funções antagônicas, pois, de um lado, discursos pretendem cristalizar posicionamentos coletivos (macronarrativas) por meio da produção de significados, e, de outro, narrativas singulares (micronarrativas) buscam interpelar e desconstruir discursos por intermédio da produção de sentidos (RIBEIRO, 2017).

A concepção psicossocial pressupõe um processo de coconstrução contínua e compartilhada e não um ajuste ou adaptação de uma pessoa e suas narrativas pessoais a uma realidade e seus discursos sociais, pois ambos não devem ser pensados como processos discursivos delimitados e separados, mas antes como um único processo marcado por um elo de continuidade do subjetivo ao social (e vice-versa) (RIBEIRO, 2017). O autor acredita que somos psicossocialmente coconstruídos pelas relações e práticas psicossociais, nas quais são gerados significados, que como discursos possíveis, orientam as ações e experiências cotidianas, tendo como foco a pessoa no contexto e o contexto na pessoa, que produzem construções discursivas sobre si, sobre os processos sociais e sobre as práticas sociais, configurando a realidade, que é sempre relacional. (RIBEIRO, 2011)

A realidade psicossocial, enquanto relação entre aspectos psicológicos e sociais na qual se desnuda a relação eu-outro, estaria nos discursos produzidos e compartilhados sobre a

realidade, entendida como práticas sociais, enquanto as narrativas, para se construírem, teriam relação constitutiva com o outro, permitindo-nos criar relações com o mundo para além das repetições de modelos repletos de determinações.

Na pesquisa realizada no centro de São Paulo por essa pesquisadora (TAMURA, 2020), nossa proposta foi ouvir como diferentes públicos enxergam os quarteirões de Campos Elíseos a partir da sua vivência nele.

Entre todas as pessoas residentes no campo de estudo há um aspecto compartilhado: deflagram características de um vivente ativo no envolvimento com o bairro, mas com sentimento de impotência. O conflito de quem narra sua história no local está, nesse sentido, nele mesmo. Agente atuante em relação às mudanças que gostaria de ver na região, seja filantropicamente, como no caso das festas comunitárias promovidas pela Associação de Moradores, seja no envolvimento com as discussões políticas sobre o uso dos ambientes coletivos, como a transformação do Minhocão em um parque, o personagem traduz suas ações como ineficazes, já que não há alteração da realidade.

Quem habita a região assume existir um conjunto de “outros”, arbitrariamente ocupantes do mesmo território, que, embora causem compaixão, como no caso das pessoas em situação de rua, provocam repulsa (“ninguém quer sair de casa e dar de cara com um morador de rua” – ENTREVISTADO A) e a sensação de colapso no bairro – alguém desprotegido e abandonado à sorte, diante de problemas de solução complexa. Sua voz é silenciada em meio aos jogos de poder que testemunha. De acordo com os moradores,

Não se faz nada por quem mora aqui. Só se fala em violência quando citam aqui. É claro que só vão reconhecer Campos Elíseos por drogas e barbarismo. (ENTREVISTADO A)

Ninguém sabe lidar com a pessoa de rua, nem com o craqueiro. As pessoas podem até se comover com as causas sociais, mas estão preocupadas com aquelas que atingem elas diretamente. Não há preocupação real. Há uma dificuldade enorme dos próprios moradores de um prédio se conhecerem a si próprios. (ENTREVISTADO B)

As questões situacionais deflagram as metanarrativas desse grupo: ainda que os entrevistados admitam tratar-se de um bairro reconhecido como abrigo de grandes misérias e não sintam deter o poder de suas vozes, suas narrativas manifestam um local cuja luta é válida pelo restabelecimento das belezas e virtudes que geram sua forma e compõem sua história. No entanto, identificamos diferentes perspectivas sobre o desfecho dessas narrativas. Para as narrativas aflitivas, cujo processo de narração baseia-se no passado, o credo de que a Cracolândia é o problema mais expressivo do bairro relega as características próprias das

demais adversidades – as desigualdades sociais denunciadas na situação de rua, nas condições insalubres de vida na favela e ocupações, no crescente número de carroceiros e pedintes na região, no montante de lixo pelas imediações – como consequências de uma ferida latente testemunhada cotidianamente. Os públicos em estado de vulnerabilidade do entorno, por vezes convencionados como aqueles que fazem uso de drogas e utilizam-se da violência para sobreviver, compõem um imaginário performativo cristalizado coletivamente. Vulneráveis também por não serem reconhecidos pelas suas próprias necessidades, os públicos fragilizados são relatados como se fossem incapazes de estabelecer interação social com quem não lhes é semelhante.

Uma narrativa diferente foi percebida por entrevistados que consideram a coexistência no território com esses viventes, embora incomodados com as desigualdades sociais que os deflagram. Mesmo não retratando a si próprios nos mapas, a metanarrativa de seus relatos evidencia a projeção de futuro na coexistência de diferentes corpos, cada qual vivenciando uma temporalidade própria de vida em um mesmo espaço, atribuindo a essa hibridização uma das belezas instigantes encontradas por aqueles quarteirões da maior cidade do país.

Os entrevistados que trabalham na região revelaram um bairro partido, que opõe agruras (usuários de drogas, ocupações, favela, pessoas menos favorecidas) às estruturas organizacionais. As empresas, especificamente, entendem manifestar o símbolo de ordem e civilidade, abrigos de pessoas que acreditam que suas conquistas se devem ao mérito do esforço. As mazelas seriam sinônimo de carência, desordem, acomodação, quando não da malandragem. Por isso, um perigo ao bairro, que “tem potencial, mas está esquecido” (ENTREVISTADO L).

Esse é um fato que não os convida a vivenciar tal pedaço da cidade para além do seu trabalho, em um momento de lazer fora do expediente. “Fazer o que nesse lugar feio? Aqui de final de semana é deserto” (ENTREVISTADO M), afirmou um dos entrevistados. “Era muito raro vir pra esse bairro antes de trabalhar aqui. Só venho porque trabalho mesmo” (ENTREVISTADO Y). A solução? “Tirar essas pessoas que sujam o bairro” (ENTREVISTADO M). Disse outro que “precisaria haver revitalização aqui, começando por tirar a sujeira nas calçadas, os andantes nas ruas e os andarilhos” (ENTREVISTADO N). “O bairro está depreciado porque essas pessoas andam por aí, a esmo, causam certo medo com quem não tem familiaridade com o local e, além disso, transformam o bairro num verdadeiro cesto de lixo” (ENTREVISTADO O).

Ainda que tenham relação profissional com a região, a conexão com o território não foi constituída em completude. A aparição da palavra diversidade em suas falas ao se referirem a um bairro diverso não ganha formato de corpos múltiplos e diferenciados. O arquipélago urbano (SANTOS, 1994), fortificado pelas instituições onde trabalham, evidencia o caráter fragmentário e desarticulado em relação às demais realidades do local, em que os indivíduos que as compõem não são invisíveis, mas desajustados e inaptos socialmente, de forma que devem permanecer “do lado de fora”. As regras que organizam o espaço urbano em questão demonstram os padrões de diferenciação e separação social e os princípios que estruturam a vida pública – somente se inter-relacionam grupos sociais semelhantes. Esses corpos, percebidos pela subversão e abundância de vidas desvalidas e agitadas, deflagram mais do que segregação espacial – denunciam jogos de poder que perpetuam a desigualdade e os distanciamentos sociais, justificados por narrativas agressivas na maneira de julgarem corpos vulnerabilizados (“pessoas que fedem”, “câncer do bairro”). A manifestação de algumas pessoas desse grupo sobre o que conhecem, o que percebem, o que sentem e como vivenciam o território corrobora a construção da cultura e da própria territorialidade como atributo social fragilizado. Testemunhas irresolutas diante da complexidade do incompreensível, enunciam uma composição perplexa dos eventos, mas estática em relação às intencionalidades.

Diferentemente são as narrativas das pessoas que trabalham no bairro como educadores ou nos equipamentos culturais da região. Refletem em suas falas seu compromisso com o bairro como testemunhas ativas de um processo de construção social entre partes que deveriam conviver harmonicamente. Manifestado a partir de uma consciência discursiva social latente, relatam histórias que são comumente envolvidas por contínuas alegrias e tristezas, como um frame ininterrupto de emoções. Parecem participar, mesmo que temporariamente, das verdades de seus interlocutores, aprendendo a lidar com o enredo do bairro onde trabalham, bem como com a principal intriga que constata diariamente: um local com problemas sociais graves, mas em constante ressignificação.

Suas narrativas suscitam simpatia, compaixão, dores e angústias, relatadas nas histórias sobre sua vivência com pessoas das mais diversas relações estabelecidas com o território. Gostam de trabalhar no bairro, entendendo que, do seu ponto de referência, conseguem enxergar a divisão social do que é considerado nobre (principalmente as estruturas empresariais), bem como do que é carente (pela desigualdade e miséria de situações e indivíduos). Há um sentimento de privilégio desses entrevistados por testemunharem os dois mundos e trabalhar, de certo modo, na criação de diálogo entre eles. Mas há, da mesma forma, a inquietude de quererem fazer mais pelos seus atendidos e não saber como; de enxergar as

deficiências de onde trabalham em relação à potencialidade para atenderem mais e melhor e nem por isso conseguir ampliar os serviços. Não há, em suas narrativas um oponente específico que possa ser identificado com um único perfil. O adversário assume roupagens e resistências diversas se deflagrando no dia a dia de seu trabalho e não especificamente como um contraventor do bairro – do público que rechaça uma criança malvestida no museu ao Estado que não investe suficientemente em educação; do pai que não educa seu filho sob uma abordagem inclusiva ao funcionário que somente pensa em si quando circula pela região.

As narrativas deflagradas por esses entrevistados mostram que seus processos de conhecimento sobre o território parecem impulsioná-lo a querer apreender o não compreendido, juntar partes, organizar, encadear, estabelecer causas e efeitos, aproximar o não familiar.

Por sua vez, nas narrativas das pessoas que habitam a favela na região onde ocorreu essa pesquisa, há a marca da depreciação por quem os olha de fora. Relatam que comumente são quem mora na favela é associado à falta de higiene, pobreza extrema e comportamentos não cidadãos. Ainda assim, afirmam preferirem morar na favela do que fora dela por conta da liberdade de poderem se expressar como quiserem. Alguns pontos negativos como barulho de vizinhos com música alta, entrada da polícia de maneira violenta ou comumente falta de luz e água, mesmo sendo fatos negativos que atrapalham suas vidas não deixam que suas opiniões sobre viver no espaço da favela seja mais representativo do que fora dela.

As pessoas olham para quem mora na favela com cara de nojo, como se fôssemos podres e não tomássemos banho. (ENTREVISTADO 1)

Na escola, as outras crianças acham que favelado não tem dinheiro pra colocar um sapato no pé. Fio, vai perguntar pra minha mãe, porque se eu tô com sapato no pé é porque eu tenho dinheiro. (ENTREVISTADO 2)

Eles acham que aqui é tudo sujo e que não temos dinheiro pra comprar uma bala. Como se arranjássemos confusão pra tudo. (ENTREVISTADO 3)

Eles pensam que a gente não tem nada. Que a gente anda tudo desarrumado. Que a gente não tem comida. Que a gente não dinheiro. Nem dinheiro pra comprar roupa. (ENTREVISTADO 4)

Eles acham que só porque a gente mora na favela passa fome. (ENTREVISTADO 5)

A linguagem usada por pessoas que moram nessa favela exclui, naturalmente, os não membros. Substantivos são usados para substituir o objeto de uma frase – “O bagulho ali” ou “a parada foi louca”. Em ambas as afirmações, há clareza sobre o que se trata somente para os participantes da conversa. Segundo quem habita a favela, “gambé” e “coxinha” são referências à polícia. “Arranjar uma treta” é arrumar uma briga. “Jão” pode ser uma referência a qualquer

pessoa. “Truta” e “parça” são palavras para os amigos mais próximos. “Meter o louco” é tirar vantagem de uma situação. “Suave” e “tô de boa” são expressões usadas para indicar que a situação está tranquila. A linguagem da favela compõe as narrativas de quem mora nela, mostrando uma forma de autoafirmação e troca íntima. Além de gerar imediata identificação entre eles, encurta caminhos na comunicação e manifesta a marca de um dialeto que somente quem compartilha aquela realidade detém.

Em relação à sua presença na cidade, as narrativas dos moradores da favela denunciam seu sentimento de despercebidos (não notado intencionalmente) e desconsiderados pelo bairro, mas não imperceptíveis. Acreditam que as pessoas que moram ou trabalham ali sabem que há uma favela por perto, apesar de não reconhecerem as pessoas que nela habitam. Sentem-se moradores da cidade, mas reconhecem que há diferenciação do uso da região pelos demais habitantes. Sua invisibilidade se concretiza ao renegarem potenciais que acumulam em costumes, hábitos, capacidades e crenças e nas narrativas que elaboram sobre o que ouvem de si: uma pobreza definida como não ter o que comer, o retrato da desarmonia e da feiura de um bairro, temíveis pela violência que geram. Não notados pelo bairro, tornam-no invisível para si, assumindo o ritual do imprevisível: a favela como único local de representação de uma vida possível de ser vivida.

Os entrevistados em situação de rua dessa pesquisa utilizaram-se da palavra invisibilizados quando se referiram a sua condição no bairro. Outros empregam despercebidos. Entretanto, o que boa parte deles manifestou excede o fato de não serem vistos: “não somos invisíveis, somos desprezados” (ENTREVISTADO 1), afirmou um deles. “O pessoal que mora no bairro menospreza como um animal que tivesse no chão quem mora na rua. Não tem invisível nisso. Tem desprezo mesmo” (ENTREVISTADO 4).

Discriminação e preconceito foram as palavras mais citadas em relação ao que enfrentam por estarem em situação de rua. Mas ainda que sofram preconceito, habitar os espaços públicos do centro, mais especificamente do bairro do Campos Elíseos, proporciona benefícios em relação a outros cantos da cidade. Por ali, há banheiros cujo uso é permitido a quaisquer pessoas, há o Bom Prato e instituições que oferecem alimentação gratuita e atividades durante o dia. Há também, ainda que poucos, locais disponíveis para tomar banho e trocar de roupa.

Ao denunciarem o desprezo e a hostilidade do bairro em relação à pessoa em situação de rua, trazem à tona, em suas narrativas, conflitos dramáticos que nos apoiam a avançar para camadas mais profundas dos fenômenos evidenciados por elas. “A sociedade olha pro morador de rua com olhar de quem não quer ver” (ENTREVISTADO 5). Alguns entrevistados atribuem

o menosprezo da sociedade em relação a eles ao mau cheiro causado quando não conseguem tomar banho, à má aparência (no caso daqueles que deixam de ter aspecto higiênico) e à mendicância/criminalidade associada a eles. O uso do crack, por alguns, leva-os a sofrer fortes diarreias e, por isso, exalar um fétido odor até conseguirem trocar de roupa – “o cheiro de catinga afasta as pessoas que cruzam com a gente” (ENTREVISTADO 3).

O arraigado estereótipo do que seria uma pessoa que vive nas ruas, segundo alguns entrevistados, não representa todos nessa situação. “As pessoas têm a imagem de gente jogada no chão, cagada, mijada, drogada. Mas tem os que são limpos” (ENTREVISTADO 1). Muitos comentaram sobre “os diferentes níveis” de quem está nessa situação – existem os arrumados e limpos e os largados; os que gostariam de usufruir de equipamentos culturais, como museus e cinemas, porque se entendem participantes do tecido social e aqueles que dizem não dar importância a isso.

As pessoas do bairro olham pras pessoas de rua com discriminação total. Aos sábados tem café da manhã e formam filas pelas ruas. O rapaz da loja ao lado do posto falou, “abram mais cedo que eles não podem ficar na frente do nosso estabelecimento” (ENTREVISTADO 1)

Essa coisa de invisibilidade não existe. É o desprezar, esse é o conceito, invisível nunca. O Shopping Higienópolis não permite que a gente entre lá. Nem nós nem o pessoal da favela do Moinho. É declarado, é a linha do shopping. (ENTREVISTADO 2)

É muito complicado, existe muitos níveis de moradores de rua, tem, moradores que você passa e nem imagina que ele tá na rua. Então, tem muitos reclamam que não podem ir no teatro e no cinema porque não tem roupa limpa pra ir. A relação é muito complexa. (ENTREVISTADO 5)

Meu colega escova os dentes quatro vezes por dia porque fuma pedra e já disse “eu não quero perder meus dentes”. As roupas dele é tão arrumada que às vezes ele é assaltado na rua, acredita? (ENTREVISTADO 6)

Para outros entrevistados, a invisibilidade da sua condição vem do Estado, que angaria, de acordo com suas narrativas, altos fundos para projetos voltados a essa população, mas não os repassa ou consolida em políticas públicas, ao que atribuem o nome de “indústria da miséria”. E isso acontece porque boa parte daqueles que estão nas ruas “não são politizados” ou não conhecem seus direitos e por isso não os cobram devidamente. Nesse sentido, alguns relatam uma diferença entre mendigar e habitar as ruas: “mendigo ele só pede, não faz mais nada da vida. Morador de rua, no caso vou falar de mim que sou um morador ativo, estou dentro dessas questões sociais” (ENTREVISTADO 2). Para o Estado, no entanto, segundo os entrevistados, “é tudo a mesma coisa”.

A rua tem seu próprio vocabulário, ao qual chamam de “dialeto”: “se a gente começar a falar aqui você não vai entender nada. É tipo nossa língua própria. Tem que ser iniciado pra compreender” (ENTREVISTADO 3). “Maloca” é a denominação que atribuem ao ambiente onde habitam, normalmente uma calçada coberta sombreada ou embaixo de um viaduto. Ela pode ser montada embaixo de uma carroça, com um colchão e cobertores esticados, como se fossem paredes para dar-lhes um pouco de privacidade. Há “malocas” com ambientes distintos – a cozinha comum para todos, a sala com sofá. Outras ocupam apenas o espaço de uma carroça. Chamar-lhes maloqueiros não ofende: “maloqueiro é quem já morou em maloca”, disse um dos entrevistados.

“Boca de rango”, “panelinha” ou “pena forte” são os locais e instituições que oferecem comida pela cidade. “Boi ralado” é carne moída. “Corre é a gente arrumar dinheiro. Pra usar droga precisa de dinheiro, pra cigarro precisa de dinheiro, por isso a gente faz o corre” (ENTREVISTADO 2). E para arrumar dinheiro às vezes é preciso “manguear”, ou seja, pedir. “Ralar” quer dizer “sai daqui”. “Cobertor Tony Ramos” é um cobertor que solta muitos pelos. “Ir pra casinha” significa ir dormir no albergue. “Ir pra Disney” é o mesmo que “ir para o fluxo” ou subir pra Cracolândia. “Bater a nave” é sinônimo de ir embora. “Talarico” é um homem que pega a mulher de outro. “Rato de mocó” é “um cara que rouba outro morador de rua”. “Quebrar na madeira” tem a ver com “vou te bater”. “Estourei no Norte” é ter ganhado dinheiro. Todas as expressões foram compartilhadas ao longo das entrevistas e são apenas algumas das que foram registradas ou sobre como conversam entre si.

Para compreender as narrativas de quem habita as ruas é necessário entrar em contato com os elementos ideológicos e referenciais desse indivíduo. Narrativas como “não adianta só dar um prato de comida. Vai matar nossa fome no momento, mas não vai resolver nosso problema” (ENTREVISTADO 2) e “tem gente que quer ajudar, levar um prato de comida, legal, mas isso não é ajuda. Aquela história ensina pescar não dar o peixe” (ENTREVISTADO 1) são explanações fáticas das experiências de percepção desse indivíduo sobre ações circunstanciais que não modificam verdadeiramente seu mundo. E, ainda que elas tenham em si criticidade, revelam a superfície dos episódios que se reiniciam periodicamente.

Especificamente as pessoas em situação e rua que participaram dessa pesquisa, como sujeitos interlocutores, ora de forma mais evidente, ora menos, denunciam em suas narrativas a percepção que ao se viver nas ruas se está inserido em um processo que provoca visibilidades e invisibilidades concomitantemente. Visível porque percebe notadamente o aumento constante da quantidade de pessoas em condição semelhante. Invisível porque nota uma cidade que utiliza estratégias para impedir que pessoas em situação de rua ocupem determinados espaços. A rua,

símbolo de ruptura de interações sociais, em certa medida é, ao mesmo tempo, local que provoca possibilidades de vir a ser e de se constituir como sujeito nos espaços territoriais da urbanidade.

Considerações finais

A pobreza é narrada, por parte da sociedade brasileira, de forma estereotipada, principalmente quando falamos de territórios urbanos segregados, como periferias, favelas, ocupações ou cortiços. O morador e a própria região em si habitam o imaginário coletivo da sociedade em uma dualidade confusa e hostil: ou como o legítimo representante da violência e de tudo que ela significa (a figura do miserável perigoso e violento) ou como indivíduo passivo, não atuante sobre sua realidade e, por isso, não conquistador da meritocracia social. A questão é que nem toda pessoa que habita locais segregados na sociedade enfrenta a pobreza, propriamente dita, mas sim a representação dela, em razão do ambiente onde vive. Outro ponto: a pobreza narrada pelas vozes de quem habita a cidade, mas não conhece todos os seus territórios, é representada, em geral, pelo indivíduo à margem da civilidade, não retratando suas potencialidades, mas sua carência em relação a aspectos materiais e simbólicos.

A partir do estudo realizado fica-nos perguntas como: de que maneira temos vivenciado as cidades? Como temos narrado pessoas que habitam territórios segregados? Temo-nos dado conta de como representamos sítios da cidade e de como os narramos? Essa são perguntas que nos levam a reflexões sobre a construção de narrativas sobre as cidades refletem a maneira como as construímos. Indivíduos que habitam territórios segregados são representados, por vezes, equivocadamente, por causa de aspectos de sua condição social que ultrapassam carências de categoria econômica. Fragilidade psicológica, iniquidade ideológica, abstinência de cultura e comportamentos dilacerantes para uma vida socialmente íntegra são alguns dos imaginários severos que os representam, determinando-os pela pobreza simbólica. A segregação das cidades, igualmente denunciada na concentração racial de negros e pardos pelos territórios segregados, determina estruturas e usufrutos desiguais que aumentam as percepções equivocadas e estereotipadas. Essas representações exercem significativa influência sobre o processo de constituição da identidade desses indivíduos e suas coletividades, causando o selo da diferença física (cor, raça, deficiência) ou identitária (nacional, étnica, comunitária, religiosa), distinguindo um conjunto social/cultural como fonte de mal-estar ou ameaça.

A viabilização de políticas públicas sem a participação de quem vivencia a realidade dos locais segregados não atende a demandas reais, pois não considera as dinâmicas e

características sociais específicas. A utilização da cidade de maneira departamentalizada pelos tipos humanos corrobora a perpetuação de narrativas e comportamentos que reduzem, inferiorizam e criminalizam seus moradores. As representações estigmatizadas reduzem tais lugares a narrativas fragmentadas e desestruturadas pela falta de sentido com a experiência. Constituídas por imagens mentais, crenças e preconceções por vezes violentas, tais narrativas emitem juízos de valor que depreciam estética e moralmente configurações da cidade e indivíduos, cujas vozes não foram consideradas. As periferias, as favelas, os aglomerados, as quebradas e até as pessoas em situação de rua são retratados ao longo dos anos não como parte do tecido social com identidade própria, mas quase sempre a partir da negação ao que a região central, com estruturas básicas estabelecidas, considera o padrão a ser seguido – como o lado de fora da cidade.

Esta pesquisa evidenciou o território como um signo ideológico representado sob as mais diversas cores, sons, massas físicas das estruturas que o constituem e movimento dos corpos em mapas e vozes que compuseram o minucioso exame do ato de narrar de grupos reunidos a partir de seu pertencimento e vínculo com uma região. Buscamos analisar as narrativas grupais sobre a representação pública de uma região, levando em conta seus limites imprecisos, como timidez, desorganização de pensamentos, desconfiança e especialmente o deslumbramento por nunca terem sido interpelados a manifestar sua percepção sobre o local onde circulam.

A narração, mais do que o impulso de “contar histórias” é um elemento potencialmente vinculador e relacional para os indivíduos, que colabora não somente com a transmissão do que entendemos por realidade e quem somos nela, como também aquilo que não somos. Nesse sentido, a atitude narrativa distingue-se de outras práticas de comunicação pela natureza intrínseca de sua forma: “trata-se, a princípio, de contar uma história, isto é, de elaborar um conjunto de enunciados que faça algum sentido em si mesmo dentro de uma perspectiva compreensível a respeito de fenômenos que não estão presentes naquele momento” (MARTINO, 2016). Se o ato de comunicar tem como intenção colocar em relação dois seres humanos, preenchendo o espaço entre eles, o ato de narrar torna simbólica essa relação, estabelecendo significação e conferindo sentido à existência em diferentes âmbitos: entre narrador/ouvinte, narrador/narrador (sentido consigo próprio quando se narra), narrador/mundo, ouvinte/ouvinte e ouvinte/mundo.

Diferentes corpos dividem e circulam pelos territórios da cidade – dos reconhecidos aos não reconhecíveis. Nesse sentido, narrativas, vulnerabilidades e territórios segregados estão relacionados. Falamos de locais que evidenciam a vulnerabilidade de corpos que sofrem com a

negligência de cuidados e condições elementares de vida, como a fome crônica, a educação, a saúde, a violação de liberdades políticas e a desconsideração dos interesses de grupos sociais. A pobreza urbana, construída a partir de um lento levantamento de territórios segregados no invólucro da cidade, é um processo histórico não linear indicativo de carências que ultrapassam em muito questões puramente econômicas. É preciso, nesse sentido, ampliarmos a discussão sobre a produção de narrativas contra hegemônicas na esfera das metanarrativas do espaço urbano, a fim de desvelarmos sentidos alargados que deem espaço para a apropriação de novas utilizações das narrativas aplicadas aos indivíduos invisíveis às cidades.

Referências

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidades. *In*: BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre (org.). **Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília, DF: Sebrae, 2004. p. 25-26.

GERGEN, Kenneth J. **Realities and relationships**. Cambridge: Harvard, 1997.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília, DF: Editora UnB, 2013.

TOLEDO, Renata Ferraz de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **A educação ambiental e a construção de mapas-falantes em processo de pesquisa-ação em comunidade indígena na Amazônia**. Revista Interacções, Santarém, n. 11, p. 193-213, 2009.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 177-189, 2013.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Psicossocial: continuum ontológico do processo relacional. *In*: JUNIOR, Nelson da Silva; ZANGARI, Wellington (org.). **A psicologia social e a questão do hífen**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 263-277.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Algumas contribuições brasileiras para a orientação profissional: o enfoque socioconstrucionista em orientação profissional: uma proposta. *In*: MELO-SILVA, Lucy Leal; RIBEIRO, Marcelo Afonso (org.). **Compêndio de orientação profissional e de carreira**. São Paulo: Vetor, 2011. p. 53-79.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

TAMURA, Natália de Campos. **A Favela do Moinho de dentro para fora: relatos e percepções de seus moradores sobre suas vidas.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

TAMURA, Natália de Campos. **Entre narrativas enunciadas e o silenciamento: a interface das representações sociais de indivíduos que coabitam um espaço urbano.** 2020. Tese (Doutorado pelo PPGCOM - Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2016.